



## **GABINETE DO PREFEITO**

### **DECRETO Nº 042, de 24 de julho de 2019**

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas em razão das chuvas ocorridas em 23 e 24 de julho do ano de 2019 em razão de “Chuvas Intensas” – COBRADE, conforme IN/MI 01/2012-1.3.2.1.4

O Senhor Mario Ricardo Santos de Lima, Prefeito do Município de Igarassu, localizado no Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

#### **CONSIDERANDO:**

I – As fortes chuvas ocorridas no município no dia 24 de julho de 2019, que, consoante dados da Agencia Pernambucana de Águas e Climas – APAC superaram 141,9 mm;

II- A existência, em decorrência das mencionadas chuvas, de duzentas e setenta e duas pessoas desalojadas; de trinta deslizamentos de barreiras; seis casas completamente destruídas; o completo alagamento de comunidades locais (Loteamento Agamenon Magalhães, Nossa Sra. Da Conceição, Cortegada, Tabatinga, Santarém, Manancial, Pitanga e Dom Helder Câmara, Monjope, Taepe) que estão com a trafegabilidade inviabilizada pela quantidade de águas, promovendo o completo isolamento dos que ali habitam;

III – O parecer do COPEDECIG – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e



codificado como Chuvas Intensas – COBRADE, conforme IN/MI nº 01/2012–1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do COPEDECIG – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COPEDECIG – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.



§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 24 de julho de 2019.

**Mario Ricardo Santos de Lima**  
Prefeito